

AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO FHC: A PRIVATIZAÇÃO COMO UMA ALTERNATIVA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS.

Rita de Cássia R. Del Bianco¹

RESUMO: Este artigo discute sobre o processo de transformação da educação superior ocorrido nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso em face do processo de privatização desencadeado nesse setor. Entendemos que o processo privatizante tem diferentes vieses e olhares no processo de organização da sociedade, mas os encaminhamentos aqui abordados se dirigem a um deles que é o da expansão das instituições de ensino superior privadas via processo de reformas educacionais no período, fortalecendo a ideologia de uma sociedade globalizada e de um país que caminha para um projeto desenvolvimentista.

Palavras-chave: educação superior. Governo FHC. Privatização. Reformas educacionais.

1 – Introdução

O neoliberalismo² insiste na cantilena do livre mercado como espaço em que os empreendimentos vicejam ou perecem. A recente irradiação de centenas de novas instituições de ensino superior privadas, nas diversas regiões do país, ao contrário da crença convincente, não resultou autonomamente, da auto-regulação do mercado. (LEHER, 2003, p. 81).

Percebemos que nas últimas décadas o tema sobre a privatização no ensino superior vem ocupando espaço na crítica na sociedade e se configurando em pesquisas que caminham por diferentes discussões e entendimentos para esse

¹ Rita de Cássia R. Del Bianco é Pedagoga, Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Araguaia, Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Goiás.

² Para efeito de compreensão desse conceito entendemos que “[...] neoliberalismo, como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1994. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9).

contexto. Um dos aspectos fundamentais é o debate³ em torno das políticas e reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre o final dos anos 80 até os dias atuais e de como tais medidas atenuaram o processo de privatização nesse setor nos últimos tempos.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é refletir sobre a privatização na educação superior como sendo um dos aspectos mais críticos das reformas educacionais, e as alterações que ela proporcionou com a abertura em larga escala de espaços privados nesse nível de ensino. Esta análise envolve o contexto das reformas e políticas educacionais promovidas nos dois últimos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). De acordo com Gentili (2004),

[...]privatizar significa, de modo geral, delegar responsabilidades públicas para entidades privadas. Embora uma consequência imediata do processo privatizador seja o afastamento do governo na prestação dos serviços educacionais, com o decorrente aumento da oferta privada nesse campo, a dinâmica de delegação de responsabilidades públicas precisa do Estado e, de forma mediata, o fortalece. Assim, o que está em jogo não é o 'afastamento' da ação estatal senão sua reconfiguração. (GENTILLI, 2004, p. 3).

Essa necessidade de se compartilhar a responsabilidade das questões públicas com a sociedade tornou-se mais evidente a partir da década de 80 com os efeitos da globalização⁴ da economia no mundo, consequentemente, com a reorganização do modo de produção e com a reorientação mundial em torno das políticas públicas, direcionando a vida político-econômica dos países em desenvolvimento, como, por exemplo, o Brasil.

³O debate que permeia o campo das pesquisas sobre o conteúdo da privatização aborda paralelamente temas como o financiamento da educação, currículo e reformas, prática docente, os caminhos da tecnologia, os processos de ensino e aprendizagem, descentralização e flexibilização dos currículos e modalidades de formação.

⁴ “Este é o processo pelo qual a população do mundo se torna cada vez unida em uma única sociedade. A palavra só entrou em uso geral nos anos 80. As mudanças a que ela se refere têm alta carga política e o conceito é controverso, pois indica que a criação de uma sociedade mundial já não é o projeto de um estado-nação hegemônico, e sim o resultado não direcionado da interação social em escala global. Desse modo ela enquadra na mesma discussão os temas da SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL e do DESENVOLVIMENTO e SUBDESENVOLVIMENTO. A palavra firmou-se em campos tão diversos quanto a economia, a geografia, o uso é mais que uma questão de moda passageira” (BOTTMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 340).

No nosso país, essas mudanças repercutiram em todos os campos, mas vejamos, especialmente, a educação superior, já que ela é o foco de nossas preocupações.

No caso da educação superior no Brasil, as transformações nesse contexto foram decorrentes da crise do capital e da sua mundialização, a partir dos anos de 1970. A sociedade cada vez mais competitiva passa a ser mais regulada pelo capital de forma unificada e, conseqüentemente, a reforma do Estado acarreta também em reformas no sistema educativo, uma vez que a educação passa a ser alvo do projeto transformista por meio do qual o conhecimento será o “[...] elemento balisador da produção da e do acúmulo de vantagens diferenciais em um cenário capitalista de competição globalizada”. (DOURADO ; CATANI; OLIVEIRA, 2003 p.). Assim, conforme ainda os autores , as reformas educacionais acontecerão em todos os níveis de ensino a partir da década de 1990, e, em especial, no ensino superior atendendo a “uma lógica de privatização e mercantilização dos bens e serviços acadêmicos”.

Convém que lembremos que esse forte componente da ideologia neoliberal, isto é, a privatização, não é novo na Educação brasileira. É por isso que para compreendermos os mecanismos na atualidade, é preciso que façamos um retrospecto ao conjunto dos elementos históricos presentes mais fortemente na década de 30, para entendermos o confronto que se instalou, desde aquele período, entre o público e o privado, no campo educacional.

Naquela década vivenciamos um processo emergente de industrialização e busca do fortalecimento do Estado-nação, fazendo com que a educação passasse a ter relevância por meio de ações do governo. O processo de industrialização exigiu da sociedade uma mudança e, conseqüentemente, a educação escolar passou a ter como principal objetivo educar as pessoas para atenderem aos ditames da lógica industrial da sociedade, isto é, ao capitalismo. Em face disso, cria-se o Ministério da Educação e Saúde que se configura no das políticas organizativas do ensino em todos os níveis.

Assim, nas décadas de 1930 a 1945, período em vigor do Estado Novo, a educação torna-se alvo dos confrontos entre forças políticas de poder do Estado e a sociedade civil, pois os “[...] católicos e liberais foram chamados para participar da elaboração da proposta educacional no primeiro governo de Vargas, sob alegação que o governo não possuía uma proposta educacional.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 135). As questões relativas aos embates e lutas pela sociedade civil por uma escola que atendesse em sua plenitude como verdadeiramente pública foi defendida no mesmo período pelo *Manifesto dos Pioneiros*, mas o que prevaleceu mesmo foi o conservadorismo e elitização da educação escolar naquele período.

A origem histórica de uma educação católica no país permitiu que esses confrontos se fortalecessem para que não houvesse um distanciamento do poder católico sobre a educação. Ao longo desse processo a educação passa pelo dualismo entre escolas elitistas (propedêuticas) e escolas para trabalhadores (profissionalizantes). Com isso, a sociedade segue num processo que visa preparar os que vão para o mercado de trabalho e os que conduzirão os cargos de poder na sociedade. Na década de 1950, o agravamento desses embates entre liberais e católicos permanece por meio da luta a favor da escola pública por parte do primeiro e manutenção da escola privada e liberdade de escolha de educação pelo segundo.

Já na década de 1960, a instauração da ditadura militar trará mais reforço à privatização e ao crescimento do ensino superior nesse campo. Na década de 1980, vivenciamos, após a abertura política, o processo de democratização do país que irá possibilitar com que a iniciativa privada ponha em prática as suas pretensões, mas com “[...] novas feições, uma vez que passaram a ser compostos não apenas de grupos religiosos católicos, mas também de protestantes e empresários do ensino.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 147). O discurso apresentado por esses adeptos da privatização cria era o de que o projeto de escola pública coadunava com os anseios da sociedade, pois encontrava-se fracassado e ultrapassado e a escola privada, no momento, poderia oferecer mais condições para se atingir um ensino de excelência.

Esse embate ao longo do processo histórico só veio trazer mais desmantelamento ao ensino público, à condição dos professores e à qualidade na

educação. Muitas famílias trabalhadoras passaram a investir na escola privada na tentativa de garantir melhor futuro aos filhos. O que percebemos, na realidade, é que mesmo se contrapondo ao desejo das famílias, as condições continuam sendo de forte ingresso na escola pública básica. Entretanto, o contraste passa a ocorrer mais fortemente a partir da década de 1980, com ampliação do ensino privado superior e uma virada nos dados estatísticos. Se na escola básica o ingresso é de 86% da população, de acordo com dados do IBGE de 2005, no ensino superior os dados vão se invertendo. Isso se deve a ação de desobrigação que o Estado vai assumindo em relação ao investimento na educação pública superior, rendendo-se às políticas do mercado e, também da gestão da iniciativa privada sobre os bens públicos.

2- A Política educacional para o ensino superior no Governo FHC: reflexões iniciais

No ano de 1994, no ápice do Plano Real, é eleito presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso, em primeiro turno eleitoral. Uma reviravolta no cenário político na década de 1990, uma vez que saímos de um impeachment do antigo Presidente Fernando Collor de Melo e das crises que antes o país vivenciava.

O programa de governo proposto por FHC⁵ irá perpetuar uma política econômica de abertura às exportações, à privatização de estatais e outras iniciativas, promovendo, com isso, o discurso de inserção do país em uma economia globalizada. A área educacional, entra em sintonia com as diretrizes estabelecidas pela *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*⁶, como balizadora para as reformas educacionais que fariam parte do governo de FHC. A carta de intenção de

⁵ “As siglas pessoais são produtos típicos da cultura de massas (termo anda em desuso, mas ainda sem substituto à altura) do século XX. No caso da sigla FHC, adotada inicialmente pela imprensa, surgiu com conotações extremamente positivas, declinando em popularidade pouco depois de dois anos do primeiro governo. Hoje, é utilizada somente pela oposição e por certa parcela da imprensa”. Nota de Paulo José da Cunha, docente da Faculdade de Comunicação da UnB.

⁶ “Na **Conferência Mundial de Educação para Todos de Jomtiem**, Tailândia, realizada em **1990**, 155 governos prometeram uma educação para todos até o ano de 2000. A promessa não se cumpriu e em **1999** foi lançada por ONGs, sindicatos de professores e agências de desenvolvimento de 180 países, a **campanha global pela educação**. O objetivo da campanha foi exercer pressão pública sobre os governos para que cumprissem o compromisso de garantir uma educação gratuita e de qualidade para todos, em particular os grupos mais excluídos (prioridade para crianças e mulheres)”. Dados: MEC/BRASIL

um governante é estabelecida em seus programas de governo, nesse caso se deu por meio do programa *Mãos à Obra* (1994-1999, com 300 páginas de indicações e propostas a serem desenvolvidas visando o crescimento do país e seu amplo desenvolvimento nas diferentes áreas: saúde, educação, agricultura, emprego entre outras (VIEIRA, 2000).

No âmbito da educação, encontramos um programa que visou a descentralização, privatização, parcerias entre setores público e privado, valorização e estímulo ao uso da tecnologia com programas de formação de professores, treinamento pedagógico e promoção de tecnologia na graduação.

Destacamos ainda no documento o “[...] incentivo à universalização do acesso ao primeiro grau” e melhoria da “qualidade de atendimento” em todos os níveis de ensino. Sem dúvida, principalmente após a promulgação da LDB 9394/96, o foco essencial passa a ser a educação básica com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e os sistemas avaliativos para controle e melhoria da qualidade de ensino, ações para promover a inclusão.

Para concretização dessas propostas, a educação superior torna-se matéria importante nesse novo governo. Percebemos a sua incorporação a um marco de ampliação do setor via privatização, ou seja, “[...] sob a égide de políticas privatistas, em oito anos, entre 1986 e 1994, o crescimento do número de matrículas privadas foi de 25% enquanto no período 1994-1999 foi de 77%.”(LEHER, 2000, p. 83). Isso significa que os acordos firmados entre os setores público e privado dentro desse contexto farão parte do “período desenvolvimentista” em que vários setores estratégicos da sociedade serão alvos de investimentos bem como da inclusão de projetos de implantação de novas tecnologias. A expansão quantitativa no ensino superior trouxe aos olhos da população a condição de almejar, por meio da expansão de cursos privados, maiores oportunidades de ingresso no ensino superior.

A crença no desenvolvimento e crescimento do país, calcada nas políticas de organismos internacionais⁷, no governo FHC, leva-nos a perceber a continuidade nas ações políticas já encaminhadas anteriormente pelo Presidente Fernando Collor de Melo e que reafirmaram mais ainda a política desenvolvimentista preconizada pelos organismos internacionais para países “periféricos ou em franco desenvolvimento”.

3 – A privatização no ensino superior : uma alternativa a ser analisada

Pensarmos objetivamente, mediante o quadro apresentado de desenvolvimento histórico das políticas sociais e econômicas em nosso país, significa que devemos atrelar às mesmas discussões que remetem à própria história das condições à que o Ensino Superior no país vem passando. Dourado (2002), nesse sentido, aponta o seguinte:

O Estado brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, configura-se por uma enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, da esfera pública. Desse modo, a inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial (DOURADO, 2002, p. 236).

Percebemos nessas afirmações que a Reforma do Estado no Brasil priorizou a privatização das empresas e dos serviços públicos, submetendo a política econômica aos condicionantes impostos pelo mercado, cuja orientação parte dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, cuja centralidade consiste na redefinição do papel do Estado frente às políticas sociais, transferindo funções específicas de prestador de serviços para o mercado.

O governo FHC rearranjou a disposição da esfera estatal deixando a cargo de um organismo especialmente criado para isso, o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser

⁷ São exemplos de organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Pereira. O Estado provedor foi substituído pelo Estado regulador e avaliador, desqualificando os serviços públicos por oposição aos serviços privados. Promoveu-se a introdução dos valores e critérios do mercado na administração pública, transformando o caráter público de setores estratégicos, pertencentes às funções sociais do Estado, como a saúde, educação e previdência. Nesse sentido, no que concerne a educação superior o governo deixou de concebê-la como setor da esfera pública estatal, bem social que deveria ser fornecido e mantido. Houve uma alteração responsável pela atribuição a ela (educação) de um novo significado e classificação, nomeando-a como um serviço não exclusivo do Estado. Em outros termos essa reorientação significou: o fim da concepção de educação como direito, substituído pelo status de serviço que pode ser privado ou privatizado (AZEVEDO; CATANI, 2005).

As implicações decorrentes desse novo encaminhamento dado à educação superior acenam para a institucionalização da cobrança de anuidades como forma de captação de recursos e complemento ao insuficiente financiamento, evidentemente, aliada à limitação de matrículas no setor público e incentivo maciço ao setor privado (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Com a política para educação superior centrada inicialmente como projeto principal do governo, iniciou-se a racionalização dos gastos, criou-se uma pretensa autonomia nas Universidades, investiu-se em mudanças administrativas e de gestão, incentivou-se as matrículas no ensino noturno, enfim, alavancou-se o acesso ao ensino superior para justificar os gastos do Ministério da Educação com as Universidades, não permitindo, principalmente, vagas ociosas. Segundo Neves (2005), os dois governos de FHC “[...] voltaram-se, prioritariamente à reestruturação do Estado nas suas funções econômicas e políticas. De produtor direto de bens e serviços, o estado passou a coordenador de iniciativas privadas. A privatização se impôs como a principal política estatal” (NEVES, 2005, p. 92).

Contrastando com essa realidade, percebemos que por muito tempo vagas ociosas existindo nas Universidades Públicas por razões que aparentemente foram julgadas pelo governo como de responsabilidade do próprio processo seletivo. Um campo de agravamento no contexto da privatização e na franca expansão do ensino privado - por meio da implantação de Faculdades Isoladas, Faculdades Integradas e

Centros Universitários - foi a forma como o processo seletivo foi sendo tratado nesses espaços, fazendo um contraponto de diferença ao acesso nos cursos de graduação. Esse contraponto ocorrerá, como já pontuamos anteriormente, pela promulgação da LDB 9394/96 que tratará em seu texto de modo mais genérico os níveis educacionais, permitindo que, por meio de leis complementares, decisões fossem tomadas em espaços definidos pelo Conselho Nacional de Educação, por exemplo.

É essa lei que se definirá as condições para o tratamento da educação básica, especial, profissional e indígena. No campo da educação superior “[...] além dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, que as instituições de ensino superior brasileiras vinham oferecendo, a LDB introduziu um tipo novo, o dos cursos seqüenciais, por campo de saber “(CUNHA, 2003, p. 42). Sendo assim, um dos campos de ampliação das instituições privadas e seu fortalecimento quanto a expansão de vagas dar-se-á pela abertura de cursos de diferentes concepções e diversificação, por meio de processo seletivo para os ingressantes mais flexíveis, alterando a lógica de acesso ao ensino superior. Conforme afirma Cunha (2003),

[...] um dos elementos tradicionais do ensino superior brasileiro, a LDB-96 não menciona os exames (concursos) vestibulares, embora faça referência à aprovação em ‘processos seletivos’ e à exigência de conclusão do ensino médio como condições para um candidato ser admitido em qualquer curso de graduação. (CUNHA, 2003, p. 54)

O número de vagas oferecidas pelo setor público no ensino superior passa a ser inferior durante o crescimento do projeto de expansão de vagas no governo FHC. Por exemplo, de acordo com dados do IBGE em 2001, enquanto tínhamos nas instituições 939,6 mil alunos matriculados, nas instituições privadas (centros universitários e faculdades isoladas) encontrávamos cerca de 2.901,6 mil alunos matriculados. Afirma ainda Cunha (2003) que

[...] o crescimento das universidades privadas desde 1985, especialmente desde 1995, fez com que se invertessem os termos da inequação tradicional do ensino brasileiro. Com efeito, os estudantes matriculados em universidades sempre foram minoria diante dos seus colegas das faculdades isoladas. Mas a situação foi recentemente revertida, pois, em 2002, cerca de 2/3 do alunado já freqüentavam cursos em universidades, contingente esse

majoritariamente situado no setor privado (58%). (CUNHA, 2003, p. 56).

Um discurso muito presente no meio acadêmico, nas pesquisas e estudos que tratam do tema sobre a privatização, financiamento e expansão universitária é o de que as Instituições Públicas vivem sucateadas, sem investimento por parte do poder público. Neste sentido, visando atender ainda mais o caráter do sistema privado de ensino, as instituições irão aderir à política de ostentação de espaços físicos com infra-estrutura que atenda às pretensões do mercado de “ensino” . Assim, surgem no horizonte, uma

“[...] proliferação de construções de porte significativo em que se vendem serviços educacionais. Algumas dessas instalações estão convenientemente situadas em *shoppings centers* ou na beira de estradas em que grandes centros de compras e, inevitavelmente, lojas do Mcdonald, estão localizadas” (LEHER, 2003, p. 83)

As condições, portanto, para abertura de tantas instituições privadas em detrimento do fortalecimento das públicas se deram pelos desdobramentos e expansão do mercado em todas as áreas. A alternativa é dada pela própria legislação educacional, isto é, pela LDB 9394/96 e pelos Pareceres e Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que concederá, por meio desses instrumentos legais, a ampla proliferação desses espaços, com fortes participação de empresários, muitos com experiências em ensino básico, bem como empresas familiares e políticos empresários que irão injetar recursos numa nova concepção de ensino superior, ou seja, *empresas superiores de ensino*. Segundo Vieira (2000), um dos aspectos que socialmente e culturalmente fortaleceram a expansão do sistema privado de ensino no campo superior é o de que o

[...] imaginário social incorporou ao senso comum uma série de idéias acerca do público e do privado que deveriam se melhor estudadas. Um delas diz respeito à imagem construída em torno da superioridade da qualidade da escola privada sobre a pública, que não se sustenta face ao crivo de uma análise mais cuidadosa. Embora, de fato, existam escolas privadas de excelente qualidade, assim como públicas, nem todas o são”. (VIEIRA, 2000, p. 208-209)

O que é freqüente no discurso entre público e privado para a maioria da população é o seguinte : o que não se exige do primeiro, pode-se exigir do segundo. No ensino superior público, o desgaste com a ausência de investimento por muito tempo nas Universidades demonstra à população uma ausência de vontade política com o setor público nesse período, reforçando mais ainda o investimento no setor privado por parte de empresas e grupos almejando investimentos em outra área do mercado com possibilidades de crescimento. Assim, expõe SILVA Jr. (2002) que o

[...] movimento de extensão do capital para novas esferas sociais, a política, a educação e as políticas educacionais mercantilizam-se, produzindo relações sociais que se materializam em práticas do capital. Isso implica dizer que, se tomamos tais práticas como conformadoras do sujeito, bem como transformadoras dos processos sociais, estamos produzindo uma sociedade mercadonizada de forma totalizante, a esfera educacional torna-se um 'quase-mercado': a escola assemelha-se a um empório e individualismo possessivo articulado à competitividade tornam-se valores máximos de nossa educação subordinada ao mercado. Uma sociedade cujo conteúdo histórico da cidadania consiste na forma de ser, cujos valores centrais são produtividade, a utilidade, o individualismo e a competitividade, num contexto de ausência de reivindicação" (SILVA Jr., 2002, p. 36).

A aceitação por parte da população das condições impostas pelo mercado de trabalho, cada vez mais exigente e com tendências a valorização do ensino superior, fazem com que as pessoas busquem novos espaços formativos que não seja o público, visando futuramente uma diploma para assegurar o empregabilidade. A "ausência de reivindicação" se esvai e abre espaço para que o setor privado ergua-se e mercantilize a educação superior com promessas de qualidade para além daquela que poderia ser oferecida pelas instituições públicas.

Alguns aspectos não perceptíveis pela população, com a criação de espaços formativos tanto na graduação quanto na pós-graduação, é ausência de espaços de pesquisa, de contratação de professores efetivos e estabilidade nos processos educativos. As faculdades isoladas, integradas e até mesmo os centros universitários trabalham com a quantidade mínima de cursos, normalmente na área de ciências humanas (licenciatura e bacharelado) e agregam incentivo às políticas de ensino e a extensão, em caráter complementar à formação dos graduandos. Essa

estrutura de autonomia e organização administrativa das IES privadas vão permitir a ela condições de investir em espaço físico confortável, equipamentos e acessibilidade ao processo seletivo garantindo à população o sonho tão almejado, ou seja, o ingresso a um curso superior. Uma redução dos investimentos no ensino público superior é perceptível ano a ano durante o Governo FHC, em conformação as políticas de governos anteriores ao dele, mas reforçado ainda mais pela lógica imposta pelas diretrizes do Banco Mundial⁸ e expostas a seguir:

[...] Nesse conhecido documento, o Banco Mundial faz um duro diagnóstico da educação superior dos países do Terceiro Mundo, condenando o excesso de gastos ao qual estaria correspondendo uma baixa produtividade e decretando as medidas que deveriam ser tomadas: estimular a diversificação das instituições e a competitividade entre elas; estimular a expansão das instituições privadas; incentivar as instituições públicas a buscarem financiamentos alternativos, inclusive a cobrança de taxas estudantis; vincular o financiamento público ao aumento da produtividade” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 104)

Percebemos, assim, que o incentivo à privatização incorpora-se a uma política mundial a que os países em processo de desenvolvimento, como o Brasil, se submetem para garantir acordos e investimentos não apenas na área educacional, mas em todas as suas áreas estratégicas, ou seja, o “[...] Estado, em grande parte, abre mão dos processos, liberaliza as condições de criação e expansão de instituições. Estas se tornam mais livres e flexíveis para desenvolver serviços e atividades que absorvam mais ajustada e facilmente as demandas do mercado “ (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 105).

Neste sentido, inferimos que a privatização se torna uma das mais fortes alternativas dentro das políticas educacionais no Brasil, justificada tanto pela necessidade do crescimento do país em todas as áreas como pelo discurso de democratização do ensino para todos indistintamente, tornando-se bandeira e transformando-se em efetivas ações políticas nos governos de FHC.

⁸ “Para ampliar um pouco mais o entendimento das tendências gerais, é interessante retornar algumas outras propostas do Banco Mundial ao lado de outras agências multilaterais, para educação superior. Além do papel de toda instituição econômico-financeira, o Banco Mundial oferece uma função ideológica muito importante. Ele não só opera como um banco, mas também impõe uma ideologia aos países que recebem seus empréstimos e um certo comprometimento com as suas teses”(DIAS SOBRINHO, 2003, p. 106).

Considerações Finais

Para caminharmos para um possível entendimento acerca do caminho exposto até aqui dentro dessa temática, é necessário pontuarmos que a privatização no contexto da educação superior tem diferentes viéses. Um decorre do processo de desestatização, por intermédio do qual ocorre a venda de um bem público para iniciativa privada, como é o caso das telefonias, estradas e bancos. Outro aspecto é a busca de recursos na iniciativa privada para manutenção do bem público. Ou seja, ideologicamente, rendiam-se ao sistema privado quando elas (Universidades públicas) recorrem seus aos benefícios, como por exemplo, ao estimularem a pesquisa na graduação e pós-graduação. Nesse campo, os riscos de definição sobre o que pesquisar e em que áreas investir ficam à mercê das empresas agenciadoras., ou seja, “[...] os tempos de formação e produção acadêmica sujeitam-se às urgências da política e da economia (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 107).

Por essas reflexões, também, pelas expostas anteriormente, cremos que os governos de FHC constituíram-se em períodos políticos de grandes mudanças no país. Pelo que observamos e vivenciamos na educação nesses dois períodos de governo de FHC (1995-2002), leva-nos a concluir que a racionalidade permeou as propostas, programas e políticas educacionais tanto na esfera do capital e quanto do mercado. A qualidade pretendida e divulgada visou gerir novas formas e reformas, incluindo entre elas, a educacional, com o objetivo de iniciar e consolidar as mudanças sociais nesse novo estágio da ordem capitalista mundial, com a supremacia do mercado exigindo perfis diferenciados dos profissionais de todas as áreas, os quais, certamente em seus processos de formação, passaram pela escola. De acordo com Dourado (2002) a, educação superior brasileira torna-se

[...] emblemática na medida em que se reestrutura, rompendo com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações deliberadas em prol de um crescente processo expansionista, balizado por políticas indutoras de diversificação e diferenciação institucional, o qual, no caso brasileiro, tem significado uma expansão pautada, hegemonicamente, pelo aligeiramento da formação e pela privatização desse nível de ensino. (DOURADO, 2002, p. 234-235)

Diante disso, acreditamos que é necessário atentarmos para a emergência de um *capitalismo acadêmico*, no interior do qual passou a ocorrer um crescente engajamento das instituições de educação superior no mesmo formato de empresas privadas, como uma estratégia de captação de recursos, para compensar a tendência de retração do aparelho estatal no financiamento de universidades sob a sua responsabilidade. Por outro lado, assinalamos que várias agências multilaterais, que atuaram no plano internacional nesse período, delinearam e promoveram um modelo de ensino superior calcado no afastamento do Estado com relação ao financiamento público de suas instituições

Por fim, concluímos que as mudanças e alterações realizadas no campo educacional no período em análise não podem ou não devem ser compreendidas sem o efetivo entendimento das contingências de ordem histórica, política e econômica que embasaram as transformações societais no mundo globalizado contemporâneo. Essas mudanças visaram, acima de tudo, readequar a educação para estes “novos tempos”, estabelecendo novos cenários, exigindo novos atores e configurando a necessidade de novas ações, e muitas delas, justificadas por políticas privatistas e mercadológicas, por conseguinte, alarga da formação para o verdadeiro exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILE, P.; SADER, E. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

AZEVEDO, Mário Luiz Neves; CATANI, Afrânio Mendes. **Universidade e Neoliberalismo: o Banco Mundial e a reforma universitária na Argentina (1989-1999)**. Londrina, Práxis, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96** de 20/12/1996. Brasília: MEC-Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino Superior No Octênio FHC. **Educação E Sociedade**, Campinas, Vol. 24, N. 82, P. 37-61, Abril 2003

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

GERMANO. José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, João F. de (orgs.). Políticas e gestão da educação superior – transformações recentes e debates atuais. São Paulo : Xamã

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e sociedade** Campinas: CEDES, n. 80, p. 235-253.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JUNIOR, João dos Reis (Org.). **Políticas públicas para a educação superior**. Piracicaba: Unimep, 1997.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza SEABRA. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo : Cortez, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo : Xamã , 2005.